

Proposta de PLR é rejeitada em todas as bases

Maioria das assembleias está aprovando a greve por tempo determinado. FUP encaminhará resultado à Petrobrás e convoca reunião do Conselho Consultivo para sexta-feira (09)

Todas as assembleias realizadas até o momento aprovaram o indicativo da FUP de rejeição da proposta de PLR, apresentada pela Petrobrás no último dia 29. A maioria das bases também aprovou a greve por tempo determinado, convocada pela Federação para a zero hora do dia 13 até a meia noite de 17. Ainda não concluíram as assembleias os sindicatos de Pernambuco, Litoral Paulista, Pará, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São José dos Campos.

Ao final das assembleias, a FUP encaminhará o resultado à direção da Petrobrás. Além de ter apresentado uma proposta de PLR que não contempla os trabalhadores, a empresa continua sem resolver as questões pendentes do acordo coletivo (Petros, igualdade de direitos para os novos, plano de cargos e salários) e evm impondo resistência ao cumprimento da Anistia, como determina a Lei 10.790. Diante deste impasse, a FUP convocou reunião do Conselho Consultivo nesta sexta-feira (09) para avaliar o quadro nacional das assembleias e os encaminhamentos da Federação.

A greve de cinco dias, que vem sendo aprovada pela maioria das bases, está inserida nas mobilizações nacionais convocadas pela CUT para o dia 16, que cobra mudanças na política econômica, geração de emprego, distribuição de renda, melhores salários, entre outras bandeiras de luta. A greve dos petroleiros é também contra a sexta licitação dos blocos de petróleo que a ANP agendou para agosto (veja matéria ao lado).

No verso: Acidentes sem trégua

Sindicatos	Proposta PLR/Petrob.		Greve de 13 a 17/07	
	A favor	Contra	A favor	Contra
Manaus		X	X	
Pará		X	X	
Ceará		X	X	
Pernambuco		assembleias dia 07	assembleias dia 07	
Alagoas/Sergipe		X	X	
Rio Grande do Norte		X	X	
Bahia		X	X	
Espírito Santo		X	X	
Minas Gerais		X		X
Unificado de SP		X		X
Litoral Paulista		assembleias dia 07	assembleias dia 07	
São José dos Campos		X		X
Duque de Caxias		X		X
Rio de Janeiro		X	X	
Norte Fluminense		X	X	
Paraná/Santa Catarina		X	X	
Rio Grande do Sul		X	X	

QUADRO PARCIAL DAS ASSEMBLEIAS

FUP reúne-se com Ministério da Casa Civil para discutir sexta rodada de licitação da ANP

Nesta quarta-feira (07), a FUP reúne-se em Brasília com representantes do Ministério da Casa Civil para cobrar a suspensão da sexta rodada de licitação de áreas produtoras de petróleo que a ANP realizará nos dias 16 e 17 de agosto. A Federação apresenta ao governo um documento que contesta a continuidade dos leilões de blocos petrolíferos, destacando os prejuízos que a sexta licitação representará para o país e a Petrobrás. O documento será encaminhado ao Ministério das Minas e Energia e discutido também com parlamentares.

A ANP irá leiloar em agosto os chamados blocos azuis, entregando às multinacionais áreas produtoras de petróleo estratégicas para o Brasil, que foram pesquisadas e mapeadas pela Petrobrás. O próprio diretor de E&P, Guilherme Estrela, informou à FUP que a estatal já investiu US\$ 800 milhões nessas áreas produtoras, onde em apenas seis meses foram descobertos 5 bilhões de barris de petróleo leve, quase metade das reservas nacionais comprovadas. A Petrobrás, no entanto, foi obrigada a devolver para a ANP as

(Continua no verso)

(continuação)

Em luta para que o petróleo seja dos brasileiros

áreas não exploradas, que são adjacentes aos campos produtores e, portanto, com imenso potencial de novas descobertas. São justamente esses os principais blocos que serão leiloados em agosto e cuja produção terá como destino as exportações, aumentando a vulnerabilidade do país diante da evasão das reservas de petróleo.

A FUP e a AEPET estiveram reunidas no último dia 30 com o diretor da ANP, Haroldo Lima, para cobrar explicações sobre a continuidade do processo de licitação dos nossos blocos petrolíferos. O diretor alegou que é uma decisão governamental e informou que até o momento 23 empresas já se cadastraram para participar da licitação, das quais apenas 11 são nacionais.

Devemos, portanto, pressionar o governo para que interrompa esse processo e mobilizar a sociedade em torno de uma campanha nacional pela preservação das nossas reservas de petróleo e em defesa da Petrobrás enquanto empresa estatal.

A defesa da Petrobrás e da soberania do país são bandeiras de luta históricas dos petroleiros, que aprovaram no X CONFUP a realização de uma campanha nacional contra os leilões da ANP e demais licitações herdadas do Programa Nacional de Desestatização. É fundamental que todos participem das mobilizações e atos convocados pela FUP para denunciar à sociedade os prejuízos que esta 6ª licitação trará para o país.

Política de (in)segurança da Petrobrás coloca em risco a vida dos trabalhadores

Mecânico cai no Rio Urucu (AM) e desaparece após acidente em rebocador. Explosão na REGAP fere três terceirizados

10/06 - O mecânico e soldador José Coelho Dias de Souza, caiu no Rio Urucu, no Amazonas, quando tentava passar de um rebocar para outro, que estava atracado em Porto Evandro I. Seu corpo está desde então desaparecido. Ele prestava serviços para a Navecon, firma que, por sua vez, presta serviços para a Petrobrás. Ou seja, um trabalhador quarterizado, vítima de mais um acidente fatal na maior empresa do país. Um representante do Sindipetro-AM/PA está participando da comissão que apura as causas do acidente.

01/07 - Os trabalhadores Wellington Coelho da Silva e Antônio Quintão Magesty, da empreiteira PID, e Marcelo Aparecido Marino, da empresa Magnetrol, foram gravemente feridos durante explosão seguida de incêndio, quando executavam um trabalho de manutenção na unidade de hidrotreatamento de diesel da REGAP. O acidente ocorreu por volta das 22h30, durante a partida da unidade, quando houve um vazamento de hidrogênio no vaso 210-V-6, que continha considerável quantidade do produto sob alta pressão. Os trabalhadores faziam a manutenção em um transmissor de nível do vaso, quando a explosão aconteceu, seguida de incêndio. Os três foram levados para o CTI de um hospital em Belo Horizonte, com queimaduras em até 40% do corpo. Dois representantes do Sindipetro-MG integram

a comissão instaurada pela Petrobrás para apurar as causas da explosão.

Os dois acidentes voltam a expor a ineficiência da política de segurança da Petrobrás, amplamente questionada pelo movimento sindical, principalmente, no seminário conjunto sobre SMS, realizado há pouco mais de um mês, no Rio de Janeiro. A FUP e os sindicatos denunciaram o comportamento ilegal das gerências da Petrobrás ao tentarem desqualificar os acidentes, incidentes e doenças ocupacionais, sonegando a emissão de CATs.

A proposta do movimento sindical é de que o enfoque da política de segurança seja voltado para o ambiente de trabalho e não para o comportamento individual do trabalhador, como tem sido imposto pela empresa. Uma política equivocada, que não prioriza as questões estruturais que estão diretamente relacionadas à segurança no trabalho. Os acidentes continuarão ocorrendo na Petrobrás, enquanto existir condições diferenciadas de trabalho, atividades operacionais e de manutenção terceirizadas, sobrecarga de trabalho, multifunção e trabalhadores sem treinamento adequado.

Esse ano, quatro trabalhadores morreram em acidentes na Petrobrás. Todos eles terceirizados. São 148 mortes ocorridas na empresa desde 1998, das quais 115 com prestadores de serviço.

FIQUE DE OLHO

Seminário Internacional defende fortalecimento do Estado no setor petróleo

Reunidos no seminário internacional de Fortaleza, realizado entre os dias 21 e 24 de junho, dirigentes sindicais petroleiros e do ramo de energia do Brasil, Equador, Colômbia, Peru, Chile, Argentina, Venezuela, Uruguai, Costa Rica, Trinidad e Tobago, Curaçao, México e Noruega debateram as tendências do setor petróleo nos próximos anos e a construção de uma organização internacional dos trabalhadores da Petrobrás. O objetivo é garantir aos petroleiros das unidades internacionais da companhia uma política global de gestão e de RH democrática e transparente, com condições básicas de trabalho, segurança e respeito à organização sindical. Realizado pela FUP, ICEM e DIEESE, com apoio da Petrobrás, o seminário deliberou por um documento que fortalece o papel do Estado em todos os segmentos do setor petróleo, propondo a “reversão imediata dos processos de privatização e flexibilização realizados e o fim de qualquer movimento que aponte para a transferência à iniciativa privada das petrolíferas estatais e dos recursos naturais” na América Latina e Caribe. Os sindicalistas que participaram do seminário também deliberaram pela construção de uma coordenação de trabalhadores das empresas estatais de petróleo na região para integrar as diversas iniciativas existentes neste sentido, assim como definir um novo perfil para o setor. Entre as estratégias de luta apontadas pelo seminário estão: solução de problemas ambientais; melhoria da remuneração e das condições de trabalho, saúde, higiene e segurança; geração de emprego e de renda; interrupção dos processos de terceirização, através da primeirização das atividades permanentes; jornada semanal de 36 horas, sem redução de salários, e implementação da 6ª turma; respeito total à organização e ação sindical, conforme normas e acordos da OIT, OCD e do Pacto Global.